MENEZES, Maria Christine Berdusco. Alfabetização e letramento: a pequena diferença que faz muita diferença. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE, 2004. Maringá, PR. Anais eletrônicos... Maringá: Universidade Estadual do Maringá, 21 a 22 de out./2004. p. 386-394. Disponível em: <http://www.futuroeducacao.org.br/biblio/alfabetizacao_e_letramento.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2009.

MOLLICA, Maria Cecília. Fala, letramento e inclusão social. São Paulo: Contexto, 2007. 128 p.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Educação e letramento. São Paulo: UNESP, 2004. 136 p. (Coleção Paradidáticos).

PRETO-BAY, Ana Maria Raposo. Acesso social, práticas educativas e mudanças teórico-pedagógicas ligadas ao gênero. In: SCHOLZE, Lia; ROSING, Tania M. K. (Orgs.). Teorias e práticas de letramento. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. p. 17-35.

ROJO, Roxane. O letramento na ontogênese: uma perspectiva socioconstrutivista. In: ROJO, Roxane. (Org.). Alfabetização e letramento: perspectivas lingüísticas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. p. 121-172.

SANTOS, Sônia Maria. Alfabetização e letramento. Disponível em: <http://www.proex.ufu.br/formacaocontinuada/New/eixo1/E1_arquivos/alfabetizaca o_letramento.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2009.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26., 2003. Poços de Caldas, MG, Anais eletrônicos... Poços de Calda, 5 a 8 de out./2003. p. 1-18. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/26/outrostextos/semagdasoares.doc>. Acesso em: Acesso em: 30 ago. 2009.

TFOUNI, Leda Verdiani. Letramento e alfabetização. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 104 p. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 47).

VÓVIO, Cláudia Lemos; SOUZA, Ana Lúcia Silva. Desafios metodológicos em pesquisas sobre letramento. In: KLEIMAN, Ângela B.; MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. (Orgs.). Letramento e formação do professor: práticas discursivas, representações e construção do saber. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005. p. 41-64.

ANÁLISE CRÍTICA DOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO SOBRE USO DE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

LUCAS MOÇO LEUTWILER DI GIACOMO OLIVEIRA

Resumo

Inicialmente analisa-se aqui o material da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo: O uso da tecnologia e da linguagem midiática na educação infantil (2015) e sua visão como se deve dar a interação das crianças da educação infantil matriculadas na rede para depois fazer uma abordagem crítica, após uma breve definição de ensino remoto emergencial, se a visão presente no documento oficial de 2015 foi seguida na situação da pandemia de covid 19 entre 2020 e 2021 com o ensino remoto, se sim em quais casos e se não tentar entender as mudanças de visão ocorridas. Por fim se passa ao estudo de caso de uma Escola Municipal de Educação Infantil da zona leste da cidade de São Paulo com a visão de seus gestores sobre as eventuais incongruências ou semelhanças entre o documento oficial de 2015 sobre tecnologia e linguagem midiática na educação infantil e aquilo que efetivamente a Prefeitura Municipal de São Paulo ofereceu e/ou exigiu no período de ensino remoto da pandemia.

Palavras-chave: Tecnologia e linguagem midiática. Educação Infantil. Ensino remoto emergencial. Currículo. Gestão escolar.

INTRODUÇÃO

Em documentos variados de 2015, 2016, 2019 e orientações do período de pandemia em 2020 a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo apresentou diferentes visões sobre a relevância e a forma de estimular na educação infantil as interações com a linguagem midiática e com suportes de tecnologia.

A partir da análise crítica de alguns desses documentos e de uma breve definição de ensino remoto emergencial para conhecer o contexto do atendimento às crianças de educação infantil no contexto da pandemia no ano letivo de 2020 e 2021 e a partir de estudo de caso de uma EMEI da zona leste paulistana feito com entrevista com a gestão desta unidade este artigo tentará demonstrar que houve uma mudança visível na abordagem e valoração na forma como o governo e a sociedade veem as interações pelas crianças com telas

tecnológicas e com a internet em particular.

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS: "O USO DA TECNOLOGIA E DA LINGUAGEM MIDIÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL - 2015 " E "CURRÍCULO DA CIDADE -EDUCAÇÃO INFANTIL" - 2019

Neste documento oficial feito pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo de sua Diretoria de Orientação Técnica, Divisão de Orientação Técnica Educação Infantil podemos ver uma ênfase nas múltiplas linguagens, interações e no uso pedagógico e com intencionalidade dos espaços e materialidades. O documento a todo momento afirma que as tecnologias e a linguagem midiática na educação infantil são especificidades dos objetivos afirmados acima e surgem neste contexto mais amplo na garantia de um ensino integral aos meninos e meninas da educação infantil.

Logo no início depois de apresentar estes eixos de garantia de direitos às crianças matriculadas na educação infantil de São Paulo o próprio documento traz algumas indagações que tentará refletir mais profundamente ou responder diretamente ao longo de todo texto:

Muitas indagações nos cercam nesse contexto: como conjugar brinquedos, papéis, tesouras, tintas, lápis de cor, lupas, lanternas, massa de modelar, areia, computador, câmera digital, projetor, scanner, gravador, TV, rádio e outros materiais no cotidiano da Educação Infantil constituindo ambientes híbridos , espaços ricos em possibilidades de experiências para as crianças? Como o espaço e o tempo deverão ser organizados para a utilização de tais recursos? Quem deve utilizar esses materiais, as crianças ou somente os adultos? Que interações deverão ser asseguradas entre crianças e essa gama de recursos? Como os diferentes espaços das UEs devem traduzir-se em ambientes de infinitas possibilidades de descobertas, experiências e criação para as crianças? (São Paulo; Município, 2015d, página 8)

Vê-se na própria indagação supracitada que a rede municipal crê que as tecnologias e recursos analógicos e digitais que permitem a linguagem midiática devem surgir na organização do tempo, espaço e materialidades em ambientes híbridos, ou seja, que permitem vários centros de interesse e estímulo às amplas linguagens da educação infantil.

Embora o próprio documento se apresenta como principalmente voltado à reflexão e formação de professores da educação infantil, ele levanta algumas questões de ordem prática que podem nortear a ação daqueles no cotidiano de uma unidade de educação infantil.

Afirma crer no protagonismo e autonomia das crianças e por isso defende que as atividades que envolvam recursos tecnológicos ou midiáticos tenham a intencionalidade do docente no sentido de estimular a criação, imaginação e produção infantil porém deixa claro que havendo estes pré requisitos a criança deveria ter acesso direto a celulares, tablets, máquinas fotográficas e outros itens consortes. Citando o próprio texto:

Nesse sentido, um caminho a considerar seria disponibilizar diferentes recursos e equipamentos, tais como, tablets, smartphones, câmeras digitais, microfones, gravadores, dentre outros, com os quais os bebês e as crianças podem ter acesso a aplicativos, objetos de aprendizagem e simulações que estejam em um contexto pedagógico. Tais situações precisam possibilitar uma postura investigativa, a partir da observação e das interações com situações que simulem ações do cotidiano, com os quais bebês e crianças possam observar, retratar, registrar e expressar o mundo ao redor segundo seu olhar e concepções. Ao proporcionar estes recursos e equipamentos aos bebês e crianças é imprescindível, como já afirmamos anteriormente, que não sejam simplesmente apresentados, considerando-os como receptores passivos de mídias e produtos digitais, mas que, acima de tudo, utilizem estes equipamentos e recursos digitais de forma autônoma, sendo criados e proporcionados situações e contextos nos quais possam exercitar sua criatividade, senso de curiosidade e investigação, para que possam, assim, ser autores e protagonistas de suas ações. para estruturar-se uma educação baseada no relacionamento e na participação. (SÃO PAULO; Município, 2015d, páginas 24 e 25)

Interessante observar que o documento "Currículo da Cidade - Educação Infantil" de 2019 editado pela Secretaria Municipal de Educação, Coordenadoria Pedagógica cita também a interação com a tecnologia como algo relevante para a educação: "As pessoas se educam e são educadas cotidianamente nas suas relações interpessoais ... e também nas interações com as informações a partir de diferentes tecnologias" (São Paulo, Município, 2019, p.20).

Embora também problematiza o uso de tecnologia na educação infantil, colocando a necessidade de que as interações mediadas por tecnologia tenham intencionalidade docente e não usem as crianças como passivas no processo, o documento de 2015 parece ser mais otimista com a interação tecnológica do que o Currículo supracitado de 2019, este cita estudos de saúde mais recentes que colocam a necessidade de refletir e eventualmente limitar o tempo de exposição de crianças pequenas às telas de celulares, tablets, TVs e afins e chega a afirmar que as interações mediadas por "telas" devem se restringir nas escolas de educação infantil e creches evitando inclusive que sejam diárias, citando o texto: "Nas UEs não é apropriado que as crianças fiquem expostas às telas diariamente. As imagens em movimento são

muito encantadoras, mas as crianças precisam se movimentar, fazer coisas, explorar fisicamente o mundo ao redor" (SÃO PAULO, Município, 2019, p. 121).

Refletindo fica clara a mudança de "tom" entre ambos documentos e se talvez a partir de estudos de saúde ou pedagógicos o ganho de aprendizagem e desenvolvimento da exposição de crianças pequenas às tecnologias midiáticas passou a ser visto com mais ceticismo.

Talvez a partir da percepção de que tais ferramentas permitem o acesso à internet e a vídeos que via de regra ou não são próprios à faixa etária da educação infantil ou trazem certo tipo de encantamento alienador onde a criança não é sujeito da interação e sim vista como passiva e manipulada e nega outras linguagens possíveis à infância houve maior desconfiança com a interação direta da faixa etária de educação infantil com estes elementos. Porém o documento de 2015 cita o Whatsapp e o Smartphone (que precisam e permitem relação com internet) como ferramentas tecnológicas possíveis de serem utilizadas na educação infantil (com bebês e crianças) nas Creches - faixa etária de 0 a 3 anos - e Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) - faixa etária de 4 a 5 anos. É importante observar tal diferença entre documentos com pouca distância temporal relativa.

CONCEITUAÇÃO DE ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Pela própria idiossincrasia do ensino remoto no ano letivo de 2020 que só foi implementado devido a uma situação de emergência decretada para combater a pandemia da covid-19 no intuito de evitar a propagação do vírus e a consequente saturação dos sistemas hospitalares, obviamente não se pode falar que tal contexto de educação foi planejado ou que os profissionais da educação estavam preparados para tal realidade, neste contexto é relevante discernir o conceito do que é o ensino remoto emergencial e uma efetiva educação a distância :

O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância não podem ser compreendidos como sinônimos, por isso é muito importante, no contexto que estamos vivendo, clarificar esses conceitos. O termo "remoto" significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. O ensino é considerado remoto porque os professores e alunos estão impedidos por decreto de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus. É emergencial porque do dia para noite o planejamento pedagógico para o ano letivo de 2020 teve que ser engavetado. (Link UFRGS, BEHAR, acesso em 12/07/2022).

A autora Patrícia Alejandra Behar deste artigo supracitado segue definindo o ensino remoto emergencial afirmando que ele é uma modalidade de ensino que toma como pressuposto o distanciamento geográfico de professores e alunos e foi estabelecida de forma temporária nos diferentes níveis de ensino por instituições educacionais de forma global no intuito de que as atividades escolares não fossem totalmente interrompidas devido à pandemia.

Ou seja, no ensino remoto emergencial há uma implantação em caráter urgente e em geral, nesta modalidade podemos citar a falta de capacitação para professores; infraestrutura tecnológica precária ou totalmente inexistente; dificuldade de comunicação com os pais e responsáveis e assim por diante.

Já na educação a distância há um planejamento e uma intencionalidade com preparação dos professores, alunos, responsáveis, planejamento de plataformas virtuais síncronas e assíncronas e um planejamento e plano de ação da intencionalidade pedagógica virtual e a distância, em resumo:

Educação a Distância é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes, tutores e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Ela possui um modo de funcionamento com uma concepção didático-pedagógica própria. Na EAD é preciso criar um Modelo Pedagógico. Este é constituído por uma arquitetura pedagógica composta pelos aspectos organizacionais, de conteúdo, metodológicos, tecnológicos e as estratégias pedagógicas a serem empregadas. Esse modelo é voltado para alunos, professores, tutores e, também, gestores, compreendidos como os sujeitos da EAD (Link UFRGS, BEHAR, acesso em 12/07/2022).

REFLEXÕES COMPARATIVAS ENTRE OS DOCUMENTOS E ESTUDO DE CASO DA EMEI FRANCISCO ADAUTO RODRIGUES

No início da implementação do ensino remoto emergencial as escolas de educação infantil da DRE São Mateus receberam uma orientação do DIPED em 24/04/2020 que citava os limites apontados da qualidade das produções e uso da TV do documento Currículo da Cidade - Educação Infantil e também estudos da Organização Mundial de Saúde que afirmavam "os bebês e as crianças até 5 anos não devem ficar frente a dispositivos eletrônicos como Tvs, tablets, computadores e celulares por mais de uma hora por dia" tal orientação foca-se na necessidade das interações diárias da EMEI do momento de ensino remoto emergencial acontecerem de forma diária mas com a mediação de um adulto (no caso um familiar da criança). No caso da faixa etária de berçário de creche é dito que a OMS recomenda "que bebês com menos de

um ano não devem passar nenhum minuto na frente desses tipos de telas".

Talvez de fato tais estudos da OMS tenham surgido entre o documento de 2015 e o de 2019 pois o de 2015 apontava que desde que houvesse intencionalidade docente e protagonismo infantil as telas tecnológicas poderiam e deveriam ser entregues à criança da educação infantil, já o de 2019 já colocava um limite de tempo e de exposição às telas e dizia que é mais importante às crianças as atividades com o corpo e com interações físicas com os adultos e outros meninos e meninas. Já a orientação de abril de 2020 aponta a OMS como autoridade para negar o acesso à tela para crianças de menos de um ano e colocar o limite de 1 hora diária para interações das crianças de 2 a 5 anos.

Creio que tal mudança tem como principal índice a questão de saúde e os estudos relativos a isso que afirmaram ser danoso à faixa etária da educação infantil o acesso às telas mas também creio que houve uma mudança de valores na sociedade que de uma esperança na tecnologia como capaz de ampliar a autonomia e desenvolvimento das crianças as telas passaram a ser vistas como alienantes e controle de corpos da infância, acostumando as crianças a serem passivas e deixarem de brincar, se locomover e ter acesso às múltiplas linguagens para assistirem vídeos, filmes e TikTokers e YouTubers com uma pauta infantil totalmente comercializada e estereotipada tirando das crianças o gosto pela experiência e pelos quintais e espaços abertos e interação com outras crianças e com a natureza.

Através de entrevistas realizadas no mês de julho de 2022 com a coordenadora senhora Daiana Marinho de Souza e da assistente de diretor Vilma Francisca da Silva Sena da EMEI Francisco Adauto Rodrigues, localizada no distrito do Iguatemi, bairro do Jardim Helena, a qual conta com 7 turmas por período (manhã e tarde) totalizando 14 turmas com o total de aproximadamente 450 crianças matriculadas de faixa etária entre 3 anos e 10 meses e 6 anos e através da análise do projeto político pedagógico enviado à homologação para a Diretoria Regional de Educação de São Mateus em 2020 com as alterações feitas para atender a narração do ensino remoto e análise dos documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação e da já citada DRE São Mateus passar-se-á a uma reflexão sobre a percepção dessas profissionais sobre a relação com as tecnologias midiáticas comparando os documentos já supracitados e as orientações que vieram de SME e Divisão Pedagógica (DIPED) da DRE São Mateus (DRE-SM).

A partir do Decreto de situação de emergência da PMSP e das Instruções Normativas da Secretaria Municipal de Educação, particularmente as de número 13 e 15 ficou claro que a partir de 13/04/2020 as interações nas escolas de educação infantil seriam mediadas oficialmente pelo material "Trilhas de Aprendizagens" que teve seu volume 1 no primeiro semestre de 2020 e volume 2 no segundo semestre entregue às famílias e através da ferramenta Google Sala de Aula onde foram criadas turmas com e-mails institucionais para os professores e para cada criança matriculada a qual os responsáveis deveriam acompanhar as postagens com propostas de interações e brincadeiras que deveriam ser colocadas em todo dia letivo, uma única proposta em todas turmas. A frequência, embora não obrigatória, seria aferida pela participação nos comentários das postagens remotas.

A coordenadora senhora Daiana acredita que as interações mediadas pelo adulto responsável de forma remota são menos significativas do que as interações presenciais com outras crianças e com um adulto docente formado em pedagogia e com intencionalidade, mas dada a dificuldade que foi o período de pandemia acredita que as interações diárias propostas pelas ferramentas remotas e pelo material impresso foram positivas na medida em que não deixaram as crianças totalmente desamparadas no atendimento pedagógico, porém critica o fato de que a Prefeitura não ofereceu rede móvel gratuita e tablets com chip para todas famílias e crianças possuírem as ferramentas necessárias para ter acesso ao ensino remoto.

Sobre a mudança nos documentos a coordenadora Daiana confia nos estudos de saúde e crê que pedagogicamente há também ganho em se dar menos tempo às telas, seja TV, tablet ou celular pois de fato em sua visão tais interações com essa tecnologia são alienantes, na maioria das vezes surgem às crianças sem uma intencionalidade e estas deixam de ter interações muito mais ricas em termos de desenvolvimento de múltiplas linguagens pois se tornam passivas na relação com as telas e mesmo agora com o retorno presencial ela afirma ter orientado os professores no sentido de tais interações não serem diárias e não excederem uma hora por dia.

A coordenadora lembra que o documento "Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana" de 2016 foi feito para nortear a autoavaliação e plano de ação para eventuais melhorias, os quais são anuais nas unidades de educação infantil da Prefeitura Municipal de São Paulo e em seu indicador 6 são avaliados os Ambientes, Espaços, Materiais e Mobiliários da unidade educacional, um dos itens deste indicador está citado abaixo:

6.1.13 Diferentes recursos tecnológicos e midiáticos (computador, lanternas, câmera digital, gravador, projetor, caixas de luz, tablets, celulares...) fazem parte das experiências propostas às crianças, numa perspectiva de educação pela descoberta e não pela instrução? (SÃO PAULO, Município, 2016, p.51)

A assistente Vilma afirma que desde 2016 quando pelo primeira vez foi feito esta avaliação junto aos responsáveis e profissionais das EMEIs e Creches cada vez mais ouve-se dos próprios pais que as crianças já têm muito acesso às telas de celulares em casa e que nas escolas isso deveria ser reduzido ou talvez até extinto. Ou seja, houve uma mudança de valoração social em apenas poucos anos da forma como se via o acesso à tecnologia para bebês e crianças pequenas e talvez se essa documento fosse revisado esse indicador de qualidade poderia ser até retirado, pois muitos profissionais e responsáveis não veem mais o acesso à mídia e às telas tecnológicas como algo positivo e que por si garanta qualidade na educação de meninos e meninas.

Por isso a assistente Vilma considera que no contexto do ensino remoto emergencial foi de fato vantajoso que as interações diárias na educação infantil fossem voltadas ao adulto da família como mediador das interações com as crianças e as atividades postadas com intencionalidade docente e que houvesse a possibilidade das famílias retirarem material impresso na escola e foi relevante a feitura do material "Trilhas de Aprendizagens" como forma direta de interação que não dependia de acesso à internet e trouxe uma noção geral da intencionalidade pedagógica para os professores da rede municipal.

Sobre o material Trilhas de Aprendizagens é importante citar o que consta no próprio em seu volume 1:

Não desejamos com este material oferecer uma educação infantil à distância, ou prescrever fórmulas e atividades mecanizadas, pois entendemos que esta estrutura não responde à especificidade da Educação Infantil e sim, possibilidades de experiências que podem ser realizadas com as crianças – crianças com deficiência e sem deficiência, das várias regiões de São Paulo e de diferentes nacionalidade, em diferentes condições socioeconômicas e que primam pela saúde e bem estar das crianças (SÃO PAULO,

Município, 2021, p.24)

Ou seja, o documento afirma que prezando pela saúde e bem estar das crianças crê que através das interações com as famílias propostas nele que as crianças podem se desenvolver no contexto da pandemia evitando que aquelas ficassem expostas muito tempo às telas de celulares, tablets e afins.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Referente à educação infantil e a interação das crianças com a linguagem midiática e tecnologias comparando os documentos de 2015, 2016, 2019 e as orientações recebidas por SME e DRE São Mateus no contexto da pandemia e da implementação do ensino remoto emergencial fica claro uma mudança de valoração e de abordagem quanto o acesso às telas pelas crianças e o efeito pedagógico e de desenvolvimento que isso acarreta.

Enquanto o documento de 2015 diz que o acesso às tecnologias deve ser estimulado mas mediado pela intencionalidade docente e protagonismo infantil e o de 2016 chega a afirmar que dar esse acesso é um indicador de qualidade da educação infantil paulistana. O documento de 2019 usando argumentos pedagógicos (estimular a amplitude de linguagens e atividades letivas com movimento corporal para meninos e meninas) já impõe limites à utilização das telas usando também argumentos sanitários. Por fim as orientações e maneiras com que SME se organizou para o ensino remoto emergencial no contexto da pandemia também demonstram que através de argumentos de saúde e estudos da OMS se proíbe o acesso a telas de crianças até 1 ano e se limita a uma hora diária de 2 a 5 anos e as interações são feitas através da mediação do adulto responsável pela criança.

Por fim no estudo de caso da EMEI Francisco Adauto Rodrigues ficou claro que a gestão e os professores de educação infantil bem como os próprios responsáveis de uns anos para cá vêm mudando a visão de mundo e diminuindo a relevância de se oferecer telas às crianças como garantia de desenvolvimento ou qualidade de vivências e aprendizagem para os meninos e meninas, aparentemente a visão social é de que as crianças já têm muito acesso às telas e à tecnologia em casa e que as interações que devem ser mais estimuladas na escola são as brincadeiras e brinquedos não mediados por "telas tecnológicas".

REFERÊNCIAS

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da Cidade: Educação Infantil. – São Paulo: SME / COPED, 2019.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria Pedagógica de Orientação Técnica. Indicadores de Qualidade da Educação Infantil paulistana - São Paulo, 2016.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. O uso da tecnologia e da linguagem midiática na educação infantil São Paulo: SME/DOT, 2015.

SÃO PAULO (Município). S e - cretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Trilhas de aprendizagens: brincadeiras e interações para crianças de 4 a 5 anos – volume 1. – 2. ed. – São Paulo: SME / COPED, 2021.

BEHAR, Patrícia Alejandra. O Ensino remoto emergencial e a educação a distância, 2020. Disponível em:<https://www.ufrgs.